



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PERUIBE

Rua Nilo Soares Ferreira nº 50 – Centro - CEP 11750-000

Fone (13) 3451-1000 - Fax (13) 3451-1034

<http://www.peruibe.sp.gov.br> e-mail: prefeitoperuibe@peruibe.sp.gov.br

ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE - CONDEMA - BIÊNIO 2017/2019 - 16/08/2019

Ao décimo sexto dia do mês de Agosto do ano de dois mil e dezenove, numa das salas da Universidade Aberta do Brasil, UAB, localizada à Avenida São João, nº 545, Centro, Peruíbe/SP, reuniram-se os membros do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente, CONDEMA, para a 4ª reunião extraordinária do biênio 2017/2019. Compareceram os seguintes conselheiros: Rosângela Barbosa, representante titular da Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura; Luiz Gustavo Guazzeli B. Siqueira, representante suplente da OAB; Cristiano Vieira Gonçalves, representante suplente da FUNAI; Maridel Vicene Polachini Lopes, representante titular do MoCAN; Bruno Lima, representante suplente do MoCAN; Joaquim de Marco Neto, representante suplente da Fundação Florestal, Ellen Marchiori, representante suplente do Instituto Biopesca; Mônica Teixeira Leite, representante suplente da ECOPHALT; Bruno Ignatti, representante titular do MOPS; Gabriel Moraes Gasparoto, representante titular da Associação Residencial Jardim São Luiz; Rubens Soares Martins, representante suplente do IBIMM; Tiago Monteiro e Silva, representante titular da Associação Quilombo Baobá de Malê. Rosângela Barbosa, presidenta do CONDEMA, abriu a reunião, às 14h15, com a leitura e aprovação por unanimidade da ATA da reunião anterior. Seguindo a pauta, falou que o município está implementando o Plano de Logística Reversa, que é a responsabilização pela destinação dos resíduos sólidos por aqueles que os produzem, importam, distribuem e comercializam. Há uma série de produtos cujos fabricantes terão que assumir seu gerenciamento. Disse que o GAEMA está olhando para essa questão em nossa região. Citou a Reciclanip, que é responsável pela coleta dos pneus, indicada por órgãos setoriais. Explicou sobre o que é a Logística Reversa e a necessidade de primeiro implantar a coleta seletiva e os pontos de entrega voluntária (PEV), além da educação ambiental. Disse que a Logística Reversa chama a responsabilidade para o fabricante, já que o município não pode arcar com o esse custo, sob pena de intervenção do MP. Elencou diversos produtos que já possuem postos fixos de coleta, como lâmpadas, pilhas, pneus, medicamentos; mas que ainda funcionam de forma precária. Fez a apresentação da minuta de lei para sugestões e posterior aprovação e da necessidade da criação desse marco regulatório para iniciar a logística reversa no município. Explicou que a lei tem uma força maior, pois sua revogação é mais complexa do que a de um decreto. O modelo usado foi o do Guarujá, que é referência. A partir de Setembro, haverá a implantação de postos de recolhimento de óleo nas escolas, que receberão por essa atividade. O conselheiro Rubens perguntou sobre a possibilidade da Prefeitura para fazer essa coleta e a presidenta explicou que essas parcerias têm que ser feitas através da sociedade civil. O conselheiro Luiz pergunta de que forma se dará a coleta de produtos como bateria, óleo, se dependeria de entrega voluntária. A resposta da presidenta é que serão implantados os PEV e a coleta porta a porta. Como a dinâmica do



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PERUIBE

Rua Nilo Soares Ferreira nº 50 – Centro - CEP 11750-000

Fone (13) 3451-1000 - Fax (13) 3451-1034

<http://www.peruibe.sp.gov.br> e-mail: prefeitoperuibe@peruibe.sp.gov.br

gerenciamento foi criada antes da existência da Secretaria de Meio Ambiente, a responsabilidade pelo Galpão e pelo aterro é do Departamento de Obras e Vigilância Sanitária e a secretaria de Meio Ambiente faz o acompanhamento. O conselheiro Rubens pergunta se não seria mais adequado passar a responsabilidade para a Secretaria de Meio Ambiente e a presidenta explica que ainda não tem estrutura administrativa e financeira para assumir esse encargo. Fala que em sua secretaria todos os atos são precedidos de análises técnicas e legais. Citou os parceiros que atuam nas demandas, como Polícia Ambiental e a Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, em especial nas atividades de fiscalização. Ressalta que essa gestão focou na fiscalização ambiental, autuou condomínios, moradores, efetivou desconstrução das casas irregulares da Jaqueira. Em seguida, colocou a minuta da lei em votação, que foi aprovada por unanimidade. No item 3 da pauta, a I Conferência Municipal do Meio Ambiente, disse que recebeu uma mensagem da Comissão dos Estudantes de Ciências Ambientais da UNIFESP Diadema, que pretendem trazer cerca de 400 alunos para o VII Encontro Nacional de Estudantes de Ciências Ambientais, na Barra do Una. Falou que é um curso novo, que trata as questões ambientais de forma mais generalista, estudando temáticas abordadas pelas engenharias agrônoma, ambiental e florestal de forma conjunta. Acrescentou que os estudantes se colocaram à disposição da prefeitura, que concordou em arcar com os custos do traslado para o local do encontro. Eles trarão banheiros secos, farão gerenciamento de resíduos e ações na comunidade local. No momento da chegada irão participar do plantio no Parque da Restinga do Guarau e no último dia do evento, participarão da Conferência de Meio Ambiente. Foi criado um grupo de trabalho para participar da organização da conferência, com os seguintes conselheiros: Mari, Bruno Lima, Ellen, Joaquim e Rubens, e já foi agendada a primeira reunião com a comissão dos estudantes para a segunda feira seguinte. Na próximo item da pauta, a conselheira Mari introduziu com a importância de tratarmos da questão das mudanças climáticas, falou do pioneirismo do MoCAN no trato desse tema na Baixada Santista e passou a palavra ao conselheiro Bruno, que iniciou explicando que as pessoas confundem mudanças climáticas com tempo, que são coisas diferentes. Falou sobre os GEE (gases de efeito estufa), sobre a diferença entre CLIMA e TEMPO, e que na emergência climática o que tratamos é sobre CLIMA. Ressaltou que Peruíbe será a primeira cidade da Baixada Santista a tratar da questão da emergência climática e a ideia é levar a discussão ao âmbito nacional. Explicou sobre a necessidade de reduzirmos a emissão dos GEE e de impedir o avanço do desmatamento, um dos fatores que mais contribui para a emissão de carbono na atmosfera. Falou sobre o derretimento das calotas polares e o aumento do nível do mar. Lembrou também o protagonismo de Peruíbe nessa discussão. Citou que de acordo com o Mapa do desmatamento elaborado pelos grupos De Olho nos Ruralistas e Coalizão Pelo Clima, nosso município saiu da lista dos desmatadores. A conselheira Mari elencou uma série de ações que o coletivo MoCAN tem feito contemplando essa temática e o conselheiro Luiz perguntou de que forma decretar emergência Climática teria efeito prático. O conselheiro Bruno Lima



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PERUIBE

Rua Nilo Soares Ferreira nº 50 – Centro - CEP 11750-000

Fone (13) 3451-1000 - Fax (13) 3451-1034

<http://www.peruibe.sp.gov.br> e-mail: prefeitoperuibe@peruibe.sp.gov.br

explicou que esse reconhecimento facilitaria a aprovação de leis que reduziriam as emissões de carbono além de criar o compromisso do município reduzir suas próprias emissões. O conselheiro Cristiano pede a palavra para falar sobre o projeto de ampliação das linhas de transmissão da ELEKTRO, que impacta 2 terras indígenas, a Piaçaguera e Praia Grande. Relatou que houve uma reunião com os indígenas e que contrataram 3 empresas, uma para fazer o estudo do Componente Indígena. Disse que fizeram reuniões com todas as Aldeias que alegaram que usarão a mesma faixa de domínio, menos em Praia Grande, onde implantarão uma subestação. Foi garantido que será feito o estudo em relação aos impactos nas aldeias. A presidenta e a conselheira Mari informaram ter conhecimento desse empreendimento através da reunião do Conselho da Cidade. Em seguida, o conselheiro Cristiano falou sobre o impacto do Complexo Aeroportuário do Andaraguá na Terra Indígena Piaçaguera, que será indireto, e sobre a matéria publicada afirmando que a FUNAI havia liberado o projeto em Brasília. Disse tratar-se de um equívoco, pois esse empreendimento impacta 2 outras aldeias de forma direta. Contou sobre os indígenas que criaram uma associação, constituíram CNPJ e adquiriram ações da RUMO para poderem participar das reuniões (Comitê Interaldeias). Reafirmou que a matéria divulgada não corresponde à realidade, que os indigenistas devem entrar com uma ação contra o documento que nega os impactos nas terras indígenas. Disse que isso foi uma tentativa de intimidar a CETESB. Termina dizendo que o estudo foi feito e há impacto, pois o empreendimento seria instalado a 1,2 km da comunidade. Encerrada a explanação, a presidenta agradeceu a presença de todos e todas e encerrou a reunião às 16:02h.

Peruíbe 16 de Agosto de 2019.

Assinatura no original

Rosângela Barbosa
Presidenta do CONDEMA

Maridel Vicene Polachini Lopes
Secretária Executiva